



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

### COMPRA DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Lei 14.133/2021, Art. 75, VIII)

#### 1. OBJETO:

1.1 FORNECIMENTO DE ORTESES E PROTESES PARA ATENDER A HEMODINAMICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA, conforme especificações da planilha abaixo:

Seq.	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	43293	<b>Cód.GMS: 6510.80042</b> <b>Cód. CATMAT: 0427453</b> <b>Unid. Padrão: UNIDADE</b> ALÇA PARA RETIRADA DE CORPOS ESTRANHOS INTRAVASCULARES, 10MM - 125CM.	3	1.218,00	3.654,00
2	43294	<b>Cód.GMS: 6510.80043</b> <b>Cód. CATMAT: 0427454</b> <b>Unid. Padrão: UNIDADE</b> ALÇA PARA RETIRADA DE CORPOS ESTRANHOS INTRAVASCULARES, 15MM - 125CM.	3	1.509,00	4.527,00
3	43295	<b>Cód.GMS: 6510.80047</b> <b>Cód. CATMAT: 0427451</b> <b>Unid. Padrão: UNIDADE</b> ALÇA PARA RETIRADA DE CORPOS ESTRANHOS INTRAVASCULARES, 25MM - 125CM.	3	1.218,00	3.654,00
4	50290	<b>Cód.GMS: 6510.81232</b> <b>Cód. CATMAT: 0449908</b> <b>Unid. Padrão: UNIDADE</b> CATÉTER DIAGNÓSTICO, MODELO JUDKINS - JI/FI , (CORONÁRIA ESQUERDA), SOFT TIP - (PONTA MOLE), 3,5 - 5FR. - 100CM.	6	40,75	244,50
5	50286	<b>Cód.GMS: 6510.81231</b> <b>Cód. CATMAT: 0449913</b> <b>Unid. Padrão: UNIDADE</b>	3	100,51	301,53

		CATÉTER DIAGNÓSTICO, MODELO JUDKINS - JI/FI , (CORONÁRIA ESQUERDA), SOFT TIP - (PONTA MOLE), 3,5 - 6FR. - 100CM.			
6	50291	<b>Cód.GMS: 6510.81232 Cód. CATMAT: 0455444 Unid. Padrão: UNIDADE</b> CATÉTER DIAGNÓSTICO, MODELO JUDKINS - JI/FI , (CORONÁRIA ESQUERDA), SOFT TIP - (PONTA MOLE), 4,0 - 5FR. - 100CM.	12	39,69	476,28
7	50298	<b>Cód.GMS: 6510.81235 Cód. CATMAT: 0455443 Unid. Padrão: UNIDADE</b> CATÉTER DIAGNÓSTICO, MODELO JUDKINS - JR/FR , (CORONÁRIA DIREITA), SOFT TIP - (PONTA MOLE), 4,0 - 5FR. - 100CM.	6	79,00	474,00
8	49178	<b>Cód.GMS: 6522.80727 Cód. CATMAT: 0459064 Unid. Padrão: UNIDADE</b> SELANTE DE FIBRINA COM 2,0 ML. Constituido por: *01(um) frasco de liofilizado contendo fibrinogênio, fator XIII de coagulação humano; *Trombina Humana; *Apresentação estéril com data de fabricação e validade impressas na embalagem.	8	839,36	6.714,88
9	49179	<b>Cód.GMS: 6522.80728 Cód. CATMAT: 0459065 Unid. Padrão: UNIDADE</b> SELANTE DE FIBRINA COM 5,0 ML. Constituido por: * 01(um) frasco de liofilizado contendo fibrinogênio, fator XIII de coagulação humano; *Trombina humana; *Apresentação estéril,com data de fabricação e validade impressas na embalagem.	8	3.500,00	28.000,00

1.1.1 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

## 1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no item 1.1 deste Termo de Referência.

1.2.2.1 A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do(s) produto(s) na Central de OPME, à Avenida Robert Koch n. 60, de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura do contrato ou envio da Ordem de Compra. Caso seja verificado que o(s) produto(s) entregue(s) não atende(m) às especificações da Ordem de Contratação e da proposta, o objeto será recusado, motivadamente, e a CONTRATADA será notificada para que efetue, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a substituição por produto(s) em conformidade. Os materiais deverão ser estéreis, de uso único, embalados individualmente, com identificação/tradução para língua portuguesa, data de validade legível na embalagem e deverão ter data de fabricação não superior a 12 (doze) meses. Juntamente com cada OPME implantável de uso permanente de alto e máximo risco, deverá ser entregue um conjunto de no mínimo 03 (três) etiquetas de rastreabilidade conforme RESOLUÇÃO MS Nº 14 DE 5 DE ABRIL DE 2011, conforme: Etiqueta de rastreabilidade: documento complementar a ser fornecido com o material de uso em saúde, contendo as seguintes informações: a) nome ou modelo comercial; b) identificação do fabricante ou

importador; c) código do produto ou do componente do sistema; e d) número de lote e número de registro na ANVISA; As embalagens dos produtos deverão ser originais do fabricante, em invólucro apropriado, sem sinais de violação ou amassado, além de estarem de acordo com a Lei n. 8078/90, art. 31 (Código de Defesa do Consumidor) e o Decreto n. 8.077/2013, do Serviço de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, constando estampados externamente os seguintes dados: a) Nome comercial; b) Número do lote; c) Número do registro no Ministério da Saúde; d) Conteúdo, quantitativo, qualitativo e dimensões; e) Procedência de fabricação; f) Identificação em português; g) Indicativo de "artigo médico hospitalar de uso único" e "destruir após o uso";

### 1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O(s) item(ns) objeto deste Termo de Referência possuem(m) padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS dos item(ns) poderá(ão) ser localizado(s) em seu(s) descritivo(s), constante da Tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

### 1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O fornecimento será em etapa única, devendo a entrega ocorrer no prazo e local indicado no item 9 deste Termo de Referência..

## 2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - Alça para retirada de corpos estranhos intravasculares A alça para retirada de corpos estranhos intravasculares é um instrumento médico utilizado em procedimentos de intervenção vascular para remover corpos estranhos que tenham se alojado nos vasos sanguíneos em situações de urgência. Essa alça é projetada com uma estrutura em forma de laço ou alça na extremidade distal, que permite a captura do corpo estranho presente no vaso sanguíneo. É feita de um material flexível e revestido para minimizar o risco de danos aos vasos ou tecidos circundantes. Durante o procedimento, o médico intervencionista insere uma alça através de um acesso percutâneo, como uma artéria ou veia, e avança até o local onde o corpo estranho está alojado. Em seguida, a alça é aberta, envolvendo o corpo estranho, e cuidadosamente retirada do vaso sanguíneo, removendo assim o objeto injetável. Essa técnica é frequentemente utilizada para remover objetos como fragmentos de cateteres, fios-guia, êmbolos ou outros corpos estranhos que podem ser soltos ou deslocados durante procedimentos médicos anteriores. A Alça para Retirada de Corpos Estranhos Intravasculares é material imprescindível para a realização de procedimentos endovasculares de urgência e emergência, destinados à remoção de dispositivos migrados, fragmentos de cateteres, fios-guia, stents ou outros corpos estranhos presentes no sistema vascular. Estas situações configuram riscos imediatos à vida do paciente, podendo resultar em obstrução vascular, embolização, arritmias ou perfuração de vasos. O material é de uso indispensável e imediato em procedimentos de alta complexidade, principalmente em setores como Hemodinâmica, Cirurgia Vascular e Cardiologia Intervencionista. O Pregão Eletrônico nº 85/2024, foi fracassado. Considerando que o processo licitatório PE nº 13/2025 encontra-se em andamento, sem data definida para publicação, e que não há estoque disponível para atendimento às intercorrências emergenciais, justifica-se a aquisição imediata do referido material, a fim de garantir a continuidade dos atendimentos assistenciais de urgência e emergência e evitar riscos graves aos pacientes. Segue solicitação em anexo Comunicado interno nº60/2025 do setor de Hemodinâmica. Os Contratos Administrativos nº 1143/2024 e nº 1144/2024 têm término previsto para 07/11/2025. As empresas responsáveis pelo fornecimento informaram, por meio de correspondência eletrônica, que não possuem interesse em renovar os referidos contratos, o que resultará na interrupção do abastecimento de materiais essenciais à realização de procedimentos de cateterismo cardíaco. Esses materiais são indispensáveis para os atendimentos de urgência e emergência em cardiologia intervencionista, tanto em procedimentos diagnósticos quanto terapêuticos, sendo fundamentais para o manejo de pacientes com doenças coronarianas agudas e crônicas. A ausência desses insumos coloca

em risco a continuidade do atendimento de alta complexidade prestado pelo serviço, impactando negativamente toda a rede assistencial vinculada. Catéteres diagnósticos Atualmente, o estoque encontra-se crítico ou zerado para itens de alto consumo e relevância clínica, como os catéteres diagnósticos JL e JR 5 Fr, com curvaturas 3,5 e 4,0, amplamente utilizados em cateterismos cardíacos. Diante da indisponibilidade, as equipes têm recorrido a materiais alternativos, com calibres e curvaturas diferentes das recomendadas, o que aumenta o risco de complicações procedimentais, prolonga o tempo de intervenção e pode comprometer a segurança do paciente. A abertura de um novo processo licitatório, embora já prevista, demandará tempo significativo até sua publicação e conclusão, período em que o serviço permanecerá desabastecido, gerando risco iminente de paralisação de procedimentos e prejuízo à assistência cardiológica de emergência. Diante do exposto, torna-se imprescindível a aquisição imediata dos materiais anteriormente previstos nos Contratos nº 1143/2024 e nº 1144/2024, conforme quantitativos detalhados na CI nº 066/2025. A solicitação visa garantir a continuidade e a segurança dos atendimentos, prevenindo a desassistência de pacientes cardiopatas e assegurando o pleno funcionamento das salas de hemodinâmica, evitando risco de interrupção de serviços essenciais a assistência. Segue anexo Comunicado Interno nº 70/2025. Selante de Fibrina O Selante de Fibrina é um insumo cirúrgico essencial, utilizado em diversos procedimentos de média e alta complexidade, com a função de promover hemostasia, vedação tecidual e auxílio na cicatrização, reduzindo o risco de sangramentos e complicações pós-operatórias. Trata-se de material de uso imprescindível em especialidades como cirurgia cardíaca, neurocirurgia, cirurgia torácica, vascular, digestiva e ortopédica. O processo licitatório PE nº 86/2024, destinado à aquisição deste material, foi fracassado, sem obtenção de propostas válidas ou vantajosas para a Administração, o que impossibilitou a formalização contratual. A indisponibilidade imediata do produto no estoque, impactando diretamente a rotina cirúrgica e comprometendo o atendimento de casos eletivos e de urgência. A ausência do selante de fibrina coloca em risco a segurança do paciente, especialmente em cirurgias de grande porte ou em pacientes com distúrbios de coagulação, nos quais o controle do sangramento é fator crítico para o sucesso do procedimento e para a prevenção de complicações graves, como choque hemorrágico e necessidade de reintervenção. A realização de novo processo licitatório poderá demandar tempo considerável até sua conclusão, período durante o qual há risco real de suspensão ou atraso em procedimentos cirúrgicos de alta complexidade, afetando diretamente o fluxo assistencial e a segurança dos pacientes. Diante do exposto, a aquisição emergencial do Selante de Fibrina mostra-se justificada e imprescindível, visando garantir a continuidade e a segurança dos procedimentos cirúrgicos a fim de evitar risco de interrupção de serviços essenciais aos pacientes. Segue em anexo Fracasso do processo PE nº 86/2024. A indisponibilidade desse material essencial representa risco de descontinuidade de serviço essencial de saúde, podendo gerar responsabilidade administrativa e ética ao gestor público, além de repercussão negativa sobre os indicadores assistenciais e de qualidade hospitalar.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

**3.1 - Outros:** Após realização de levantamento de mercado, identificou-se que a solução mais adequada é aquisição direta, pois os matérias constam em processo licitatório em andamento ou que finalizaram com resultado em fracassado.

### 4. PESQUISA DE PREÇOS:

**4.1** O valor da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado;

**4.1.1** Para aferição do previsto no art. 23 de lei 14.133 de 2021, a pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o previsto no art. 368 e seguintes do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022:

I - a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - a utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores;

V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná; e

VI - os preços de tabelas oficiais.

**4.2** A justificativa quanto à utilização dos parâmetros citados consta no documento "Justificativas Obrigatórias" inseridos no caderno de instrução desse procedimento de contratação, processo 25.000.090-1 (fls.33 a 260).

**4.3** O critério utilizado para escolha da pretensa contratada é o de "menor preço";

## **5. EMBASAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:**

**5.1** Nos termos do Art. 75, VIII, da Lei 14.133 de 2021, é dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

## **6. SUSTENTABILIDADE:**

**6.1** A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) observar as práticas de sustentabilidade abaixo indicadas:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**6.2** Em razão da natureza do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), não será(ão) necessária(s) a observação de normas de logística reversa.

## **7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

7.1 Nos termos do art. 120, III, do Decreto n.º 10.086/2022 observa que:

Art. 120. Não se aplica o disposto nos arts. 117 a 119 deste Regulamento quando: III - a licitação for inexigível ou dispensável, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual;

## **8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:**

**8.1** O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## **9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

**9.1** O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados do envio da Ordem de Compra ou documento equivalente, no endereço indicado na respectiva Ordem de Compra, à Central de Órteses e Próteses (OPME), de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

**9.2** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior 12 (doze) meses.

**9.3** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**9.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.5** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**9.5.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**9.6** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**9.7** O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados na Ordem de Compra, conforme as condições e as necessidades do contratante.

**9.8** O contratado deverá fornecer o equipamento em Comodato para uso da lâmina de microdissecção, conforme agendamento cirúrgico da clínica.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:**

### **10.1 São obrigações do Contratado:**

**10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

### **10.2 São obrigações do Contratante:**

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato; e

**10.2.9** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.10** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11. FORMA DE PAGAMENTO:**

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para participantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese de Aplicação de Sanção Administrativa de Multa, a qual poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**11.3.1** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**11.4** As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da contratação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**11.5** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{6}{100}$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	----------------------------	---

**11.6** A descrição dos produtos na nota fiscal deverá ser feita de acordo com o estabelecido pela legislação vigente e deverá conter os dados do produto de acordo com o empenho respectivo.

**11.7** Não será aceita nota fiscal referente a mais de um empenho.

**11.8** O fornecedor deverá fazer constar na nota fiscal o número da respectiva nota de empenho, o número da agência e da conta-corrente do banco onde o pagamento deverá ser creditado.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:**

**A) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do participante no pregão, se for o caso.

**B) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e

compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para participantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; Declaração de cumprimento dos requisitos do Decreto Estadual nº 2.485/2019 (de inexistência de fato impeditivo, de não utilização de mão de obra de menores); Declaração de atendimento à política ambiental de contratação sustentável; Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social conforme inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021; Declaração de ciência da disponibilização de dados em consonância com a lei geral de proteção de dados - LGPD.

### **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

**13.1** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na Dispensa de licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**13.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

### **14. SUBCONTRATAÇÃO:**

**14.1** É vedada a subcontratação integral dos serviços inerentes ao objeto deste certame, e a subcontratação de partes do objeto, somente será possível mediante aprovação prévia e formal pela Administração do HU, o que não eximirá a empresa proponente das obrigações contratuais e responsabilidade civil perante a Universidade Estadual de Londrina.

### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**15.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento do objeto.

### **16. VIGÊNCIA:**

**16.1** O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Contratação, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

### **17. DO REAJUSTAMENTO:**

**17.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

**17.1.1** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**17.1.2** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**17.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**17.3** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

**17.4** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**18.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;  
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;  
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;  
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;  
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;  
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;  
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;  
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;  
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;  
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;  
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;  
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;  
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

## **19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

O participante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## **20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.



## Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

**5030619 - GABRIEL GOMES ESPINDOLA / (HU-DA-DRH) DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**0704329 - GLAUCIA DE SOUZA OMORI MAIER / (HU-DE-DAT) DIVISÃO DE ATENDIMENTO**

**1810126 - ROSINEIDE FERES GIL / (HU-DE-DTI) DIVISÃO DE TERAPIA INTENSIVA**



ePROTOCOLO



Documento: **TR\_DL\_250\_2025.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gabriel Gomes Espindola (XXX.556.449-XX)** em 02/12/2025 14:13 Local: UEL/HU/DA/DM/COMPRAS, **Glaucia de Souza Omori Maier (XXX.714.419-XX)** em 02/12/2025 14:32 Local: UEL/HU/DE/DAT, **Rosineide Feres Gil (XXX.533.779-XX)** em 02/12/2025 14:37 Local: UEL/HU/DA/OPME.

Inserido ao protocolo **25.000.090-1** por: **Gabriel Gomes Espindola** em: 02/12/2025 14:11.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: